

TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

**Informações financeiras
intermediárias em
30 de setembro de 2021**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias

Aos
Administradores, conselheiros e acionistas do
TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.
Paranaguá - PR

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias do TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 16 de novembro de 2021.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	30.09.2021	31.12.2020	Passivo	Notas	30.09.2021	31.12.2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	452.639	205.874	Fornecedores		21.763	12.649
Contas a receber de clientes	5	74.346	55.155	Empréstimos e financiamentos	12	63.701	161.663
Estoques		825	1.031	Debêntures	13	191.214	199.625
Impostos a recuperar	6	37.625	30.056	Obrigação com o poder concedente	14	59.051	53.587
Outros créditos	11	23.609	19.881	Imposto de renda e Contribuição social	17	170.702	-
				Impostos e contribuições a recolher	17	5.489	2.777
		<u>589.044</u>	<u>311.997</u>	Parcelamento dos impostos - REFIS	18	1.878	1.878
				Outras obrigações	16	35.899	29.805
						<u>549.697</u>	<u>461.984</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	15	5.302	5.165	Fornecedores		2.725	2.725
Impostos a recuperar	6	5.971	1.732	Empréstimos e financiamentos	12	119.800	179.350
Direito de uso	8	3.031	2.504	Debêntures	13	374.743	294.372
Contas a receber de clientes	5	5.634	5.634	Obrigação com o poder concedente	14	1.932.955	2.247.198
Imobilizado	8	1.235.355	1.260.776	Parcelamento dos impostos - REFIS	18	3.581	4.909
Intangível	9	1.710.643	1.750.567	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15	14.568	13.752
		<u>2.965.936</u>	<u>3.026.378</u>	Impostos diferidos	7	42.023	11.591
						<u>2.490.395</u>	<u>2.753.897</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	19	109.379	109.379
				Lucros acumulados		392.394	-
				Reservas de lucros		13.115	13.115
						<u>514.888</u>	<u>122.494</u>
		<u>3.554.980</u>	<u>3.338.375</u>			<u>3.554.980</u>	<u>3.338.375</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Notas	Período de nove meses		Período de três meses	
		30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020
Receita líquida de vendas	22	709.862	558.834	263.855	193.193
Custo dos serviços prestados	23	(291.303)	(261.537)	(105.157)	(87.335)
Lucro bruto		418.559	297.297	158.698	105.858
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	23	(355)	(619)	(115)	(116)
Despesas gerais e administrativas	23	(40.684)	(43.651)	(14.215)	(13.875)
Provisão para perdas de créditos esperados	23	(531)	(527)	(171)	(77)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	35.404	18.564	8.493	8.579
		(6.166)	(26.233)	(6.008)	(5.489)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		412.393	271.064	152.690	100.369
Receitas financeiras	24	662.813	6.312	659.782	1.227
Despesas financeiras	24	(481.335)	(331.757)	(86.202)	(209.754)
Resultado financeiro	24	181.478	(325.445)	573.580	(208.527)
Resultado antes dos impostos		593.871	(54.381)	726.270	(108.158)
Imposto de renda e contribuição social corrente	7	(171.046)	5.561	(171.046)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	(30.431)	13.285	(75.042)	36.773
Lucro líquido (prejuízo) do período		392.394	(35.535)	480.182	(71.385)
Lucro líquido (prejuízo), básico e diluído, por ação – R\$	21	48	(4)	59	(9)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Período de nove meses</u>		<u>Período de três meses</u>	
	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020
Lucro (prejuízo) líquido do período	392.394	(35.535)	480.182	(71.385)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>392.394</u>	<u>(35.535)</u>	<u>480.182</u>	<u>(71.385)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	109.379	12.639	86.118	-	208.136
Prejuízo do período	-	-	-	(35.535)	(35.535)
Reversão de dividendos	-	-	11.203	-	11.203
Saldos em 30 de setembro de 2020	<u>109.379</u>	<u>12.639</u>	<u>97.321</u>	<u>(35.535)</u>	<u>183.804</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	109.379	12.639	476	-	122.494
Lucro líquido do período	-	-	-	392.394	392.394
Saldos em 30 de setembro de 2021	<u>109.379</u>	<u>12.639</u>	<u>476</u>	<u>392.394</u>	<u>514.888</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	30.09.2021	30.09.2020
Lucro líquido (prejuízo) do período	392.394	(35.535)
Ajustes de:		
Depreciações	48.442	51.083
Amortizações	50.440	50.157
Valor residual do ativo imobilizado / intangível baixado	2.065	1.478
Provisão juros sobre empréstimos	7.777	14.877
Provisão juros sobre mútuo	-	80
Provisão juros sobre debêntures	67.225	36.086
Provisão juros sobre contrato de exploração	400.359	273.471
Resultado líquido da mudança nos termos do contrato com o poder concedente	(655.333)	-
Amortização custo de captação debêntures	4.735	4.734
Provisão juros sobre arrendamento	10	89
Provisão para perda por redução ao valor recuperável - contas a receber	531	527
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	816	4.856
Recuperação de créditos tributários	(10.659)	(11.037)
Imposto de renda e contribuição social corrente	171.046	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	30.431	(13.285)
	<u>510.279</u>	<u>377.581</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(19.722)	(6.407)
Estoques	206	(196)
Outros créditos	(3.728)	(896)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(1.286)	(669)
Fornecedores	4.909	(19.757)
Impostos e contribuições a recolher	2.368	923
Outros passivos circulantes e não circulantes	4.767	5.553
	<u>497.793</u>	<u>356.132</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	497.793	356.132
Impostos sobre o lucro pagos	-	(1.003)
	<u>497.793</u>	<u>355.129</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	497.793	355.129
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições de intangível	(9.083)	(11.955)
Adições de imobilizado	(20.340)	(26.084)
	<u>(29.423)</u>	<u>(38.039)</u>
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(29.423)	(38.039)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	-	97.133
Pagamentos de empréstimos (principal)	(154.281)	(247.500)
Pagamentos de juros sobre empréstimos	(11.402)	(22.269)
Pagamentos de arrendamento	(2.117)	(4.529)
Pagamentos contrato de exploração	(53.805)	(42.914)
	<u>(221.605)</u>	<u>(220.079)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(221.605)	(220.079)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	246.765	97.011
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	205.874	117.019
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u>452.639</u>	<u>214.030</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>246.765</u>	<u>97.011</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	30.09.2021	30.09.2020
Demonstrações do valor adicionado		
Receitas (1)	<u>767.887</u>	<u>603.696</u>
Venda de mercadorias, produtos e serviços	547.270	455.509
Outras receitas	224.591	157.502
Comissões e descontos	(3.443)	(8.788)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável – contas a receber	(531)	(527)
Insumos adquiridos de terceiros (2)	<u>(145.605)</u>	<u>(116.239)</u>
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(52.674)	(49.026)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(92.931)	(67.213)
Outras	-	-
Valor adicionado bruto (3) = (1) + (2)	<u>622.282</u>	<u>487.457</u>
Depreciação e amortização (4)	<u>(98.882)</u>	<u>(101.240)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade (5) = (3) + (4)	<u>523.400</u>	<u>386.217</u>
Valor adicionado recebido em transferências (6)	<u>698.217</u>	<u>24.874</u>
Receitas financeiras	662.813	6.312
Outras	35.404	18.562
Valor adicionado total a distribuir (7) = (5) + (6)	<u>1.221.617</u>	<u>411.091</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>1.221.617</u>	<u>411.091</u>
Pessoal	<u>87.842</u>	<u>88.300</u>
Remuneração direta	67.830	63.820
Benefícios	16.460	21.265
F.G.T.S.	3.552	3.215
Impostos, taxas e contribuições	<u>260.047</u>	<u>26.570</u>
Federais	205.278	20.218
Impostos diferidos	30.431	(13.285)
Estaduais	14	27
Municipais	24.324	19.610
Remuneração de capitais de terceiros	<u>481.334</u>	<u>331.756</u>
Juros e custo das debêntures	478.659	328.409
Variações cambiais	91	62
Outras	2.584	3.285
Remuneração de capitais próprios	<u>392.394</u>	<u>(35.535)</u>
(Prejuízo) lucros retidos do período	392.394	(35.535)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Terminal de Contêineres de Paranaguá (a "Companhia" ou "TCP") está localizado na Av. Portuária, S/N, Paranaguá, Estado do Paraná, e tem por objeto a exploração das instalações portuárias destinadas a movimentação e armazenamento de contêineres, podendo desenvolver atividades logísticas complementares e necessárias aos clientes do terminal. Adicionalmente, seu plano de negócios demonstra que os resultados futuros de suas operações serão compatíveis com as obrigações do contrato.

O contrato de exploração do terminal do Porto de Paranaguá, possui prazo definido. Em 13 de abril de 2016 a Companhia celebrou o 10º. Aditivo Contratual junto ao poder concedente, União Federal, representada pela Secretaria dos Portos da Presidência da República, com interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da APPA, que prorrogou antecipadamente a vigência do contrato 20/1998 até 7 de outubro de 2048. Este contrato pode ser interrompido pelo poder concedente (APPA) somente mediante a quebra nas movimentações anuais previstas no contrato. A Companhia cumpriu com as condições contratuais durante o período findo em 30 de setembro de 2021 e exercício anterior.

Em 23 de fevereiro de 2018, após a satisfação de todas as condições precedentes em contrato, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovaram a aquisição de 90% da TCP Participações S.A. (que detém 100% da Companhia) pela Kong Rise Development Limited que passou nesta data a ser a controladora da Companhia.

A Companhia possui uma equipe dedicada para gestão e controle do fluxo de caixa, considerando todas as especificidades em recebimentos (inadimplência, temporada de renovação de contratos, distribuição de inadimplência ao longo do ano e projeção de perdas esperadas), pagamentos (OPEX, CAPEX, folha de pagamento de colaboradores, fornecedores, outorgas e taxas) e controle de dívidas (cálculo de juros, projeções, repagamentos, comportamento dos índices, controle de covenants, etc.).

A qualquer sinal de incapacidade de honrar com os compromissos, a alta administração da Companhia é acionada e a equipe de gestão de caixa elabora um plano de ação de redução de custo, renegociação de dívidas ou novos financiamentos.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações conforme os cronogramas de vencimentos divulgados nas notas explicativas 12, 13 e 14.

A Companhia reconheceu um lucro de R\$ 392.394 no período e apresentou capital circulante líquido positivo no montante de R\$ 39.347 (negativo em R\$ 149.987 em dezembro de 2020). No mesmo período a Companhia gerou fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais no montante de R\$ 497.800 (R\$ 355.129 em setembro de 2020) e lucro antes das receitas e despesas financeiras de R\$ 412.393 (R\$ 271.064 em setembro de 2020).

Considerando este cenário e o papel estratégico da Companhia, a Administração analisa periodicamente a capacidade de fluxo de caixa frente às obrigações vigentes e tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

2 Base de preparação

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, observando as disposições contidas no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP 003/2011 de 28 de abril de 2011 e demais normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. A preparação destas informações intermediárias envolve julgamento pela Administração da Companhia acerca da relevância e de alterações que devem ser divulgadas em notas explicativas.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas pela Companhia para atualizar os usuários sobre as informações relevantes apresentadas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras completas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As informações financeiras intermediárias para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foram aprovadas pela Administração da Companhia em 16 de novembro de 2021. Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as informações financeiras intermediárias.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das informações financeiras intermediárias do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 são consistentes com as práticas descritas na Nota 2 das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 que, conseqüentemente, devem ser lidas em conjunto.

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações financeiras intermediárias. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias:

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Obrigações com o poder concedente

Na mensuração da obrigação com o poder concedente a Companhia utiliza premissas para estimar a movimentação mínima futura de containeres e a proporção de remoção e movimentação de containeres. As principais premissas utilizadas nestas estimativas estão descritas abaixo:

- **Movimentação mínima futura:** É estimada pela Companhia com base nas projeções de budget, que consideram, entre outros, contratos vigentes, contratos em renovação e fontes externas.
- **Proporção de remoção e movimentação de containeres:** É estimada pela Companhia com base nos históricos destas operações.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30.09.2021	31.12.2020
Caixa e bancos	7.615	3.653
Aplicações financeiras		
Banco Santander	86.719	35.154
Banco Itau	181.184	72.951
Banco Bradesco	26.531	16.483
Banco Paraná	30.424	11.054
Caixa Econômica Federal	6.142	6.009
Banco CCB	25.731	15.343
Banco Safra	30.158	-
Bank of China	10.231	35.157
Banco XP Investimento	27.624	-
Banco BTG	10.013	-
Banco ICBC	10.267	10.070
	452.639	205.874

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósito bancário, remunerados a taxas que variam de 90% a 106% em 30 de setembro de 2021 (90% a 106% em 31 de dezembro de 2020) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Não existem saldos com restrições de caixa. As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem qualquer desconto.

5 Contas a receber

	30.09.2021	31.12.2020
Clientes	48.387	45.657
Serviços prestados e não faturados	33.640	16.648
(-) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(2.047)	(1.516)
	79.980	60.789
Circulante	74.346	55.155
Não circulante	5.634	5.634

Os saldos de contas a receber de clientes estão representados por créditos relativos aos faturamentos dos serviços prestados aos clientes com giro inferior a 30 dias de liquidação. A Companhia opera com clientes concentrados e em 30 de setembro de 2021 os 5 principais clientes representam em torno de 45% do total da carteira (45% em 31 de dezembro de 2020). Os saldos referentes a contas a receber não circulante possuem processos judiciais nos quais garantias foram ajuizadas em favor da Companhia, pelo valor integral em aberto.

A análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	30.09.2021	31.12.2020
A vencer	69.155	49.857
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	2.561	2.566
De 31 a 90 dias	779	401
De 91 a 180 dias	474	396
Acima de 180 dias	9.058	9.085
Total	82.027	62.305

Os valores apresentados na provisão para perda por redução ao valor recuperável representam o valor imparcial da probabilidade de perda dos recebíveis sobre condições atuais e previsões de condições econômicas futuras para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A provisão para perda por redução ao valor recuperável totalizava R\$ 2.047 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 1.516 em 31 de dezembro de 2020).

A movimentação da provisão para perda por redução ao valor recuperável está demonstrada a seguir:

	30.09.2021	31.12.2020
Saldo no início do exercício	(1.516)	(856)
Constituição de provisão	(761)	(837)
Reversão de provisão	230	177
Saldo no final do período/exercício	(2.047)	(1.516)

Clientes vencidos que estão no ativo não circulante no valor de R\$ 5.634 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 5.634 em 2020), estão em fase de cobrança judicial.

6 Impostos a recuperar

	30.09.2021	31.12.2020
Provisão IR s/aplicações	2.060	1.116
INSS a recuperar	904	904
ISS a recuperar	1.732	1.732
IRPJ e CSLL a recuperar ⁽ⁱ⁾	4.142	5.585
Pis a compensar ⁽ⁱⁱ⁾	6.222	4.013
Cofins a compensar ⁽ⁱⁱ⁾	28.536	18.438
Saldo no final do exercício	43.596	31.788
Parcela no circulante	37.625	30.056
Parcela no não circulante	5.971	1.732

- (i) Referem-se à créditos tributários recuperados no primeiro trimestre de 2020.
- (ii) Em 30 de setembro de 2021 o saldo de PIS/Cofins totalizava o montante de R\$ 34.758 (R\$ 22.451 em 31 de dezembro de 2020) dos quais R\$ 23.552 (R\$ 12.893 em 31 de dezembro de 2020) referem-se a créditos extemporâneos e R\$ 11.206 (R\$ 9.558 em 31 de dezembro de 2020) a créditos correntes do exercício. Os créditos foram apurados utilizando como base a ampliação do conceito de insumos e os critérios de essencialidade e relevância e considerou operações dos exercícios de 2015 a 2020. Os créditos foram mensurados com o suporte de especialistas de forma que, somente foram considerados créditos em que existe posicionamento favorável e reconhecimento expresso da própria Receita Federal do Brasil formalizada em Solução de Consulta em casos idênticos. Os créditos foram classificados entre circulante e não circulante de acordo com a expectativa de uso no curso normal dos negócios.

7 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Baseado em expectativa de lucratividade e no plano de negócios aprovado pela Administração e Acionistas, a Companhia registrou imposto de renda e contribuição sociais diferidos ativos sobre as diferenças temporárias (basicamente provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e provisão para perda esperada) e sobre o prejuízo fiscal e base negativa. Adicionalmente, a Companhia constitui imposto de renda diferido passivo sobre diferenças temporárias, como amortização fiscal do ágio e juros capitalizados sobre as obras em andamento. O saldo entre ativo e passivo é registrado líquido no balanço patrimonial.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	30.09.2021	31.12.2020
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17.266	13.752
Provisão para perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	2.047	1.515
Provisão bônus	2.384	-
Outras diferenças temporárias	4.549	3.960
Prejuízo fiscal	<u>175.644</u>	<u>248.267</u>
	<u>201.890</u>	<u>267.494</u>
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total imposto diferido ativo	<u>68.643</u>	<u>90.948</u>
Amortização do ágio	(132.521)	(136.199)
Juros capitalizados	(29.934)	(31.419)
Diferença taxa depreciação contábil X fiscal	<u>(163.030)</u>	<u>(133.968)</u>
	<u>(325.485)</u>	<u>(301.586)</u>
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total imposto diferido passivo	<u>(110.665)</u>	<u>(102.539)</u>
Total passivo líquido	<u>(42.022)</u>	<u>(11.591)</u>

b. Impostos de renda e contribuição social – Alíquota efetiva

Período de nove meses	30.09.2021		30.09.2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos	593.871	593.871	(54.381)	(54.381)
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Tributos	(148.468)	(53.448)	13.595	4.894
Adições permanentes	(34)	(12)	(72)	(27)
Diferença de alíquota	18	-	12	-
Incentivos fiscais	(148)	(53)	-	-
Outros	645	23	66	378
Total de tributos lançados ao resultado	(147.987)	(53.490)	13.601	5.245
Alíquota efetiva	25%	9%	25%	10%
Tributos correntes	(125.611)	(45.435)	3.833	1.728
Tributos diferidos	(22.376)	(8.055)	9.768	3.517
Período de três meses	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2020	30.09.2020
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos	726.270	726.270	(108.158)	(108.158)
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Tributos	(181.568)	(65.364)	27.040	9.734
Adições permanentes	(17)	(6)	-	-
Diferença de alíquota	6	-	-	-
Incentivos fiscais	(148)	(53)	-	-
Outros	938	124	-	-
Total de tributos lançados ao resultado	(180.789)	(65.299)	27.040	9.734
Alíquota efetiva	25%	9%	24%	9%
Tributos correntes	(125.611)	(45.435)	-	-
Tributos diferidos	(55.178)	(19.864)	(27.040)	(9.733)

8 Imobilizado

As movimentações do ativo imobilizado durante período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram como segue:

Vida útil	<u>30 a 45 anos</u>	<u>5 a 15 anos</u>	<u>10 anos</u>	<u>5 anos</u>	<u>5 a 10 anos</u>	<u>5 a 15 anos</u>	<u>2 anos</u>		
	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento processamento de dados	Veículos	Peças para reposição e outros	Direito de uso	Imobilizado em andamento	Total
Custo									
Saldo em 31.12.2020	1.202.365	419.628	5.135	33.149	962	21.173	7.496	9.241	1.699.149
Aquisições	9.518	8.341	40	1.871	-	374	2.380	3.099	25.623
Baixas	(161)	(3.939)	-	-	-	-	-	-	(4.100)
Transferências	7	26	-	(33)	-	-	-	-	-
Saldo em 30.09.2021	1.211.729	424.056	5.175	34.987	962	21.547	9.876	12.340	1.720.672
Depreciação									
Saldo em 31.12.2020	(192.960)	(212.420)	(3.442)	(21.066)	(962)	(27)	(4.992)	-	(435.869)
Depreciação	(25.597)	(17.628)	(284)	(3.080)	-	-	(1.853)	-	(48.442)
Baixas	14	2.011	-	-	-	-	-	-	2.025
Saldo em 30.09.2021	(218.543)	(228.037)	(3.726)	(24.146)	(962)	(27)	(6.845)	-	(482.286)
Saldo em 30.09.2021	993.186	196.019	1.449	10.841	-	21.520	3.031	12.340	1.238.386
Saldo em 31.12.2020	1.009.405	207.208	1.693	12.083	-	21.146	2.504	9.241	1.263.280

Vida útil	<u>25 anos</u>	<u>5 a 15 anos</u>	<u>10 anos</u>	<u>5 anos</u>	<u>5 a 10 anos</u>	<u>5 a 15 anos</u>	<u>2 anos</u>		
	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento processamento de dados	Veículos	Outros	Direito de uso	Imobilizado em andamento	Total
Custo									
Saldo em 31.12.2019	<u>1.187.846</u>	<u>409.955</u>	<u>4.932</u>	<u>31.584</u>	<u>1.551</u>	<u>21.388</u>	<u>8.765</u>	<u>6.831</u>	<u>1.672.852</u>
Aquisições	9.544	8.598	171	1.242	-	-	2.558	5.084	27.197
Baixas	(264)	(2.603)	-	-	(522)	(130)	(4.893)	(14)	(8.426)
Transferências	(20)	1.321	-	-	-	-	-	(1.301)	-
Saldo em 30.09.2020	<u>1.197.106</u>	<u>417.271</u>	<u>5.103</u>	<u>32.826</u>	<u>1.029</u>	<u>21.258</u>	<u>6.430</u>	<u>10.600</u>	<u>1.691.623</u>
Depreciação									
Saldo em 31.12.2019	<u>(159.613)</u>	<u>(191.149)</u>	<u>(3.072)</u>	<u>(16.553)</u>	<u>(1.291)</u>	<u>(27)</u>	<u>(4.237)</u>	<u>-</u>	<u>(375.942)</u>
Depreciação	(25.134)	(17.364)	(275)	(3.438)	(16)	-	(4.856)	-	(51.083)
Baixas	229	1.532	-	-	294	-	4.893	-	6.948
Saldo em 30.09.2020	<u>(184.518)</u>	<u>(206.981)</u>	<u>(3.347)</u>	<u>(19.991)</u>	<u>(1.013)</u>	<u>(27)</u>	<u>(4.200)</u>	<u>-</u>	<u>(420.077)</u>
Saldo em 30.09.2020	<u>1.012.588</u>	<u>210.290</u>	<u>1.756</u>	<u>12.835</u>	<u>16</u>	<u>21.231</u>	<u>2.230</u>	<u>10.600</u>	<u>1.271.546</u>
Saldo em 31.12.2019	<u>1.028.233</u>	<u>218.806</u>	<u>1.860</u>	<u>15.031</u>	<u>260</u>	<u>21.361</u>	<u>4.528</u>	<u>6.831</u>	<u>1.296.910</u>

	Taxa média anual - %
Edificações e instalações	2,34%
Equipamentos	2,85%

As vidas úteis dos bens levam em consideração a data final do período de exploração e a vida útil do bem, sempre utilizando das duas a menor. Nos períodos apresentados, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

9 Intangível

Vida útil	5 anos	5 anos	25 anos	22 anos	
	Gastos com software	Estudos, projetos e detalhamentos	Direito de exploração	Ágio	Total
Custo					
Saldo em 31.12.2020	136.006	6.027	2.112.411	159.503	2.413.947
Aquisições	10.821	-	-	-	10.821
Baixa	(315)	-	-	-	(315)
Saldo em 30.09.2021	146.512	6.027	2.112.411	159.503	2.424.453
Amortização					
Saldo em 31.12.2020	(91.129)	(3.280)	(545.659)	(23.312)	(663.380)
Amortização	(15.029)	(3.280)	(31.569)	(3.681)	(50.440)
Baixa	10	(161)	-	-	10
Saldo em 30.09.2021	(106.148)	(3.411)	(577.228)	(26.993)	(713.810)
Saldo em 30.09.2021	40.364	2.586	1.535.183	132.510	1.710.643
Saldo em 31.12.2020	44.877	2.747	1.566.752	136.191	1.750.567
Vida útil	5 anos	5 anos	25 anos	22 anos	
	Gastos com software	Estudos, projetos e detalhamentos	Contrato concessão	Ágio	Total
Custo					
Saldo em 31.12.2019	119.377	6.027	2.112.411	159.503	2.397.318
Aquisições	12.990	-	-	-	12.990
Saldo em 30.09.2020	132.367	6.027	2.112.411	159.503	2.410.308

Vida útil	<u>5 anos</u>	<u>5 anos</u>	<u>25 anos</u>	<u>22 anos</u>	
	Gastos com software	Estudos, projetos e detalhes	Contrato concessão	Ágio	Total
Amortização					
Saldo em 31.12.2019	<u>(70.488)</u>	<u>(3.060)</u>	<u>(503.668)</u>	<u>(18.405)</u>	<u>(595.621)</u>
Amortização	<u>(15.512)</u>	<u>(165)</u>	<u>(30.800)</u>	<u>(3.680)</u>	<u>(50.157)</u>
Saldo em 30.09.2020	<u>(86.000)</u>	<u>(3.225)</u>	<u>(534.468)</u>	<u>(22.085)</u>	<u>(645.778)</u>
Saldo em 30.09.2020	<u>46.367</u>	<u>2.802</u>	<u>1.577.943</u>	<u>137.418</u>	<u>1.764.530</u>
Saldo em 31.12.2019	<u>48.889</u>	<u>2.967</u>	<u>1.608.743</u>	<u>141.098</u>	<u>1.801.697</u>

Os gastos com softwares são amortizados em 5 anos. Os ativos intangíveis relacionados ao direito de exploração (incluindo o ágio) quando aplicável são amortizados com base no prazo do contrato.

O valor do ágio representa o valor da mais valia oriundo de aquisição devido à reestruturação societária realizada em 2011, apurado após a alocação do preço de aquisição com base na avaliação dos ativos e passivos avaliados a valor justo efetuado por empresa independente. Nos períodos apresentados, não foram identificados indicadores de redução dos ativos intangíveis e ajustes para redução dos saldos aos seus valores de recuperação.

10 Partes relacionadas

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia consignou como remuneração dos Administradores o montante de R\$ 3.080 (R\$ 2.780 em 30 de setembro de 2020). Não existem planos de benefícios pós emprego e remunerações baseadas em ações ou outras participações ou financiamentos aos Administradores da Companhia.

11 Outros créditos

	30.09.2021	31.12.2020
Adiantamentos fornecedores	2.614	2.733
Adiantamento despesas – reembolso antigos acionistas (i)	11.324	7.816
Seguros	8.333	8.981
Outros créditos	<u>1.338</u>	<u>351</u>
	<u>23.609</u>	<u>19.881</u>

- (i) Despesas incorridas com transações anteriores a 23 de fevereiro de 2018, data da assinatura do contrato de venda da TCP Participações S.A. para a China Merchants Port Holdings Company Limited. Essas despesas são, por natureza, honorários advocatícios, custas judiciais, acordos trabalhistas anteriores à data da competência e que serão reembolsados à Companhia de acordo com os ex-acionistas.

12 Empréstimos e financiamentos

	Taxa anual de juros	30.09.2021	31.12.2020
Nota de Crédito à Exportação	CDI + 1,25	180.672	338.578
Arrendamento	8,76% a 13,04%	<u>2.829</u>	<u>2.435</u>
		<u>183.501</u>	<u>341.013</u>
Parcela no circulante		63.701	161.663
Parcela no não circulante		119.800	179.350

Os empréstimos foram contratados em moeda nacional (R\$).

O vencimento das parcelas classificadas no passivo não circulante em 30 de setembro de 2021 ocorrerá da seguinte forma.

Ano	Saldo
2023	59.900
2024	<u>59.900</u>
Total	<u>119.800</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está apresentada abaixo:

	30.09.2021	30.09.2020
Saldo inicial	341.013	500.023
Captação empréstimos	-	95.250
Direito de uso - captação	2.501	1.883
Pagamentos de empréstimos (principal)	(154.281)	(247.500)
Provisão juros sobre empréstimos	7.777	14.877
Provisão juros arrendamento	10	89
(-) Pagamentos de arrendamento (principal)	(2.117)	(4.529)
(-) Pagamentos de juros sobre empréstimos e arrendamentos (i)	<u>(11.402)</u>	<u>(22.269)</u>
Saldo final	183.501	337.824

- (i) A Companhia optou em apresentar os juros pagos como atividades de financiamento nas demonstrações do fluxo de caixa.

Os covenants vinculados aos empréstimos e financiamentos (exceto os mencionados abaixo) são mensurados anualmente e demonstrados a seguir:

- Dívida Líquida / EBITDA (*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*) Ajustado: igual ou inferior a 3;
- EBITDA Ajustado / Despesa financeira ajustada: igual ou superior a 2.
- Patrimônio líquido não inferior a 100 milhões.
- Pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio (JSCP) não devem superar o pagamento mínimo obrigatório;

No período findo em 30 de setembro de 2021 e no exercício anterior, a Companhia encontrava-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais, incluindo cláusulas de covenants, desses empréstimos e financiamentos. Atualmente a Companhia não possui bens dados em garantias de empréstimos e financiamentos

13 Debêntures

Em 15 de julho de 2016 foi aprovado pela Companhia conforme AGE a submissão pela Companhia do pedido de registro de Companhia aberta, como emissor na categoria B, perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM para a captação através da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, com garantia adicional fidejussória. Em 6 de setembro de 2016 conforme AGE foram alteradas determinadas características da 1ª emissão de debêntures aprovada na AGE de 15 de julho de 2016.

O processo de registro de Companhia Aberta, na categoria B, foi deferido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 27 de outubro de 2016. Este registro teve por objetivo viabilizar a emissão de debêntures para a execução das obras de ampliação do terminal, conforme compromisso assumido na renovação de seu contrato de exploração em abril de 2016, além do alongamento do prazo de pagamento das dívidas atuais de curto prazo da Companhia. A emissão ocorreu em 01 de novembro de 2016, cujo valor total foi de R\$ 588.142 em 3 (três) séries distintas, com prazos de pagamento variáveis para cada série, sendo de 3 anos o menor e 6 anos para o maior prazo de amortização. A remuneração é de 100% do CDI acrescido de 3,40% para as emissões de primeira série, 3,9% para as emissões de segunda série e IPCA + 7,82% para as emissões de terceira série.

Debêntures	Taxa (remuneração)	Taxa efetiva	30/09/21	31/12/20
Debêntures 1ª série	CDI +3,40%	16,16%a.a.	100.000	100.000
Custo captação			(2.657)	(2.657)
Juros e custos apropriados			22.101	22.101
Juros pagos			(19.444)	(19.444)
Amortização			(100.000)	(100.000)
Debêntures 2ª série	CDI +3,90%	15,74%a.a.	60.095	60.095
Custo captação			(1.800)	(1.800)
Juros e custos apropriados			13.950	13.950
Juros pagos			(12.150)	(12.150)
Amortização			(60.095)	(60.095)
Debêntures 3ª série	IPCA +7,82%	14,66%a.a.	428.047	428.047
Custo captação			(37.876)	(37.876)
Juros e custos apropriados			317.795	245.835
Juros pagos			(142.009)	(142.009)
Total Captado			588.142	588.142
Total custo de captação			(42.333)	(42.333)
Total líquido captado			545.809	545.809
Total juros e custos apropriados			353.846	281.886
Juros pagos			(173.603)	(173.603)
Amortização			(160.095)	(160.095)
Saldo líquido atual			565.957	493.997
Passivo circulante			191.214	199.625
Passivo não circulante			374.743	294.372

O vencimento das parcelas classificadas no passivo não circulante ocorrerá da seguinte forma.

Ano	Saldo
2022	<u>374.743</u>
Total	<u>374.743</u>

Os covenants vinculados as debêntures são medidos com periodicidade trimestral, com base nas informações financeiras combinadas da Companhia e sua coligada TCP Log S.A., e estão demonstrados a seguir:

- **Caixa Mínimo Livre:** igual ou superior a R\$ 50.000.
- Dívida Líquida / EBITDA Ajustado (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization):
 - (i) Igual ou inferior a 3,5 vezes, durante os trimestres relativos aos exercícios sociais a serem encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018;
 - (ii) Igual ou inferior a 3,0 vezes, a partir do 1º (primeiro) trimestre, inclusive, do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2019, ou seja, a partir de 30 de setembro de 2019, inclusive.
- EBITDA Ajustado / Despesa financeira ajustada:
 - (i) Igual ou superior a 1,75 vezes, a partir do 1º (primeiro) trimestre, inclusive, do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2018, ou seja, a partir de 30 de junho de 2018; ou
 - (ii) Igual ou superior a 2,00 vezes, a partir do 1º (primeiro) trimestre, inclusive, do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2019, ou seja, a partir de 30 de setembro de 2019, inclusive.

Em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia encontrava-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais das debêntures emitidas.

A movimentação das debêntures está apresentada abaixo:

	30.09.2021	30.09.2020
Saldo no início do período	493.997	466.299
Provisão juros debêntures	67.225	36.086
Amortização custo de captação debêntures	<u>4.735</u>	<u>4.734</u>
Saldo ao final do período	565.957	507.119

- (i) Companhia optou em apresentar os juros pagos como atividades de financiamento nas demonstrações do fluxo de caixa.

14 Obrigações com o poder concedente

a. Registro da obrigação

Em outubro de 1998 o “antigo TCP” (controlada adquirida e posteriormente incorporada pela Companhia) foi ganhador do contrato de exploração das Instalações Portuárias localizadas no Porto de Paranaguá para a implantação de um Terminal de Contêineres destinado à movimentação e armazenagem de contêineres e serviços auxiliares pelo prazo de 25 anos renovável por mais 25 anos (até 2048).

Conforme o contrato com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (“APPA”), a remuneração pela exploração do Terminal Portuário de Paranaguá será paga pela Companhia mensalmente durante a vigência do mesmo. A remuneração é composta por uma parte fixa e outra variável. A parte fixa é baseada na metragem quadrada das áreas utilizadas e atualizada anualmente pelo IGP-M. A parte variável é calculada com base nas quantidades mínimas de movimentação de contêineres (TEUS).

Conforme cláusula contratual, a Companhia é responsável por movimentar uma quantidade mínima, definida na proposta comercial inclusa no processo licitatório, sob pena de pagar multas que ultrapassam os valores a serem pagos conforme a quantidade mínima movimentada, caso essas quantidades mínimas não sejam efetivamente movimentadas.

Em 13 de abril de 2016 a Companhia celebrou o 10º. Aditivo Contratual junto ao poder concedente, União Federal, representada pela Secretaria dos Portos da Presidência da República, com interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”) e da APPA, que prorrogou antecipadamente a vigência do contrato 20/1998 até 7 de outubro de 2048 e correspondeu a adição de R\$ 1.454.638, com contrapartida no ativo intangível.

O valor registrado no passivo como “parcelas variáveis” refere-se à movimentação mínima obrigatória a ser executada e paga pela exploração. A Companhia está sujeita ao pagamento mínimo contratual, mesmo que não atinja e execute a movimentação mínima prevista, estando ainda sujeita a multas e demais penalidades previstas em contrato.

Em decorrência da prorrogação antecipada, o TCP fica obrigado a investir, por sua exclusiva conta e risco, no aprimoramento, atualização, ampliação e manutenção dos bens que integram a área concedida, de modo a propiciar o efetivo aumento de produtividade, otimização operacional da área portuária e dos serviços sob sua responsabilidade.

Os bens que integram o Contrato, para o efeito de aprimoramento, atualização, ampliação, manutenção e substituição, são os veículos operacionais e equipamentos que forem adquiridos ou utilizados na operação do Terminal e as instalações de infraestrutura e superestrutura na área arrendada ao Terminal.

O TCP fica obrigado a realizar obras para a construção de (i) 220 metros de cais, totalizando 1.099 metros no total, (ii) 157,5 mil m2 de retroárea, totalizando 487 mil m2 e (iii) construção de dolphins perpendiculares ao cais para atracação de navios de veículos. Os investimentos aprovados pela Resolução ANTAQ No. 3.677, de 3 de outubro de 2014, somam R\$ 543.174, em valores de 2014.

Em 7 de novembro de 2017 foi assinado o 11º termo aditivo ao Contrato que prorrogou o prazo da Cláusula Quinta do Décimo Termo Aditivo de 31 de dezembro de 2018 para 24 de novembro de 2019. Há ainda 180 dias de carência adicional ao prazo anterior, sem penalidades, para a conclusão da obra.

A Companhia entende, com base nos estudos dos responsáveis técnicos contratados para execução e supervisão das obras, que o novo prazo acordado no 11º Aditivo ao Contrato para realização da ampliação do Terminal, é suficiente para sua conclusão dentro do prazo estabelecido e sem risco de descumprir as cláusulas e termos do Contrato e seus Aditivos.

Adicionalmente ao montante previsto acima, o TCP deverá investir, de 2024 até o final da vigência contratual, o valor mínimo de R\$ 548.539, para assegurar a atualização e/ou substituição visando capturar ganhos tecnológicos, no mínimo, dos bens que integram a área concedida, e de outros equipamentos, incluindo gastos necessários para reparos, modernizações, substituições e relocalizações de trilhos dos contêineres, que aumentam sua base em cada nova geração ou equipamentos e sistemas alternativos.

Em 9 de setembro de 2021, a Companhia e a Administração de Portos de Paranaguá e Antonina (“APPA”) celebraram o 12º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento Portuário nº 020/1998 onde ficou acordado a alteração do índice de correção inflacionário da parcela fixa e variável da remuneração devida pela Companhia à APPA pelo direito de exploração do Terminal Portuário de Paranaguá (“Remuneração”).

Na nova redação, ficou acordado que a remuneração passa a ser ajustada pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), em substituição do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), tendo seus efeitos a partir da data base de reajuste de novembro de 2019. Tal substituição se deve ao fato de que o índice IPCA passou a ser o índice utilizado nos novos contratos de arrendamento conforme disposto no Art. 23 da Resolução Antaq nº3.320, de 08 de janeiro de 2014, com isso, a Companhia passa a refletir a variação monetária mais próxima do que já é praticado pelo mercado e com menor risco de volatilidade.

Com base no IFRS 9 (CPC 48), a Companhia determinou que a mudança do índice inflacionário representou mudança significativa nos termos do contrato original. Consequentemente a Companhia desreconheceu o passivo original e reconheceu o novo passivo ao seu valor justo. Na mensuração do valor justo da nova dívida, a Companhia considerou os termos específicos deste contrato de forma que não foram identificadas diferenças entre o valor justo e o valor nominal da nova dívida. O efeito líquido do desreconhecimento da dívida original e reconhecimento da dívida nova a valor justo totalizou R\$ 655.333 registrado no resultado financeiro do período em ‘Resultado líquido da mudança nos termos do contrato com o poder concedente (nota 24)’.

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 os saldos dessa obrigação podem ser assim resumidos:

	30.09.2021	31.12.2020
Parcelas fixas	462.313	532.546
Parcelas variáveis (movimentação mínima obrigatória)	1.529.693	1.768.239
Total	1.992.006	2.300.785
Parcela no circulante	59.051	53.587
Parcela no não circulante	1.932.955	2.247.198

A movimentação da obrigação com o poder concedente está apresentada abaixo:

	30.09.2021	30.09.2020
Saldo no início do período	2.300.785	1.922.519
Pagamentos contratuais	(53.805)	(42.914)
Resultado líquido da mudança nos termos do contrato com o poder concedente (nota 24)	(655.333)	-
Provisão juros	<u>400.359</u>	<u>273.471</u>
Saldo ao final do período	1.992.006	2.153.076

As parcelas de longo prazo, referentes à obrigação com o poder concedente, apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Saldo
2022	14.763
2023	59.051
2024	59.051
2025	59.051
2026	59.051
2027 a 2031	301.131
2032 a 2036	343.386
2037 a 2041	404.859
2042 a 2046	459.820
2047 a 2048	<u>172.792</u>
Total	<u>1.932.955</u>

b. Intangível

Em 30 de setembro de 2021, o saldo do intangível relativo à exploração (vide nota 9) é de R\$ 1.535.183 sendo R\$ 2.112.411 de principal e R\$ 577.228 de amortização acumulada. A despesa de amortização do ativo intangível relativo ao direito de exploração, durante o período findo em 30 de setembro de 2021, foi de R\$ 31.569 (R\$ 30.800 em 30 de setembro de 2020), e encontra-se registrada sob a rubrica custos e serviços prestados, na demonstração do resultado do exercício.

15 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza cível, trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão como a seguir indicado:

	31.12.2020	Adições	Baixas	30.09.2021
Trabalhistas	13.098	816	-	13.914
Cíveis	<u>654</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>654</u>
	<u>13.752</u>	<u>816</u>	<u>-</u>	<u>14.568</u>
	31/12/2019	Adições	Baixas	30.09.2020
Tributárias	1.824	1	-	1.825
Trabalhistas	6.839	4.877	(96)	11.620
Cíveis	<u>6</u>	<u>74</u>	<u>-</u>	<u>80</u>
	<u>8.669</u>	<u>4.952</u>	<u>(96)</u>	<u>13.525</u>

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas foram constituídas para fazer face a processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais e trabalhistas, com expectativa de perda provável, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia mantém, ainda, outros processos em andamento, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é de possível perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 179.733 (R\$ 169.548 em 31 de dezembro de 2020), para os quais a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda. Os saldos estão apresentados abaixo, por natureza.

	30.09.2021	31.12.2020
Tributárias	150.820	144.868
Trabalhistas	17.039	15.555
Cíveis	10.748	7.987
Outras	<u>1.126</u>	<u>1.138</u>
	<u>179.733</u>	<u>169.548</u>

No primeiro semestre de 2018 a Companhia foi citada do processo de execução fiscal nº 5013752-24.2018.4.04.7000, que engloba a cobrança de IRPJ/CSLL relacionado à Discussão Despesas da Exploração (exercício sociais de 2009 a 2012, no valor de R\$ 164.615) e Discussão Ágio Aquisição 2011 (meses de novembro e dezembro do exercício social de 2011, no valor de R\$ 5.369). A execução fiscal encontra-se com o juízo garantido (seguro garantia), sendo que na avaliação dos advogados a Discussão Despesas da Exploração possui probabilidade de perda remota e a Discussão Ágio Aquisição 2011 possui probabilidade de perda possível no montante de R\$ 5.369.

Em algumas causas em que a Companhia está discutindo judicialmente são efetuados depósitos judiciais conforme requeridos pelos respectivos processos.

Os depósitos judiciais estão registrados como a seguir:

	31.12.2020	Adições	Baixas	30.09.2021
Trabalhista	3.564	137	-	3.701
Cível e Tributário	<u>1.601</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.601</u>
	<u>5.165</u>	<u>137</u>	<u>-</u>	<u>5.302</u>
	31/12/2019	Adições	Baixas	30.09.2020
Trabalhista	3.542	90	(93)	3.539
Cível e Tributário	<u>1.601</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.601</u>
	<u>5.143</u>	<u>90</u>	<u>(93)</u>	<u>5.140</u>

16 Outras obrigações

	30.09.2021	31.12.2020
Adiantamentos de clientes	981	1.199
Provisão de bônus	6.972	9.551
Salários a pagar	3.883	3.499
Provisão de férias e 13º	12.462	7.077
Outras obrigações trabalhistas	8.897	8.172
Outras obrigações	2.704	307
	35.899	29.805

17 Impostos e contribuições a recolher

	30.09.2021	31.12.2020
Contribuição social (a)	45.435	-
Imposto de renda (a)	125.267	-
ISS	3.160	2.357
PIS e COFINS	2.073	-
Outros impostos a recolher	256	420
	176.191	2.777

- (a) O aumento nos impostos a recolher IRPJ e CSLL é decorrente da alteração do índice de cálculo da variação monetária do contrato com o poder concedente – APPA – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, passando a utilizar o IPCA – Índice de preço ao consumidor amplo e não mais o IGP-M.

18 Programa de Recuperação Fiscal – REFIS IV

Amparada na Lei N.º 11.941 de 27 de maio de 2009, a Administração protocolou, em novembro de 2009, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS IV. A adesão consolidou débitos de PIS e COFINS no montante principal de R\$ 15.952 dos exercícios de 2002 a 2004, devido a pagamentos com créditos glosados pelo Fisco.

Na esfera judicial, a Companhia pleiteia a validação de tais créditos os quais foram utilizados para compensação dos débitos de PIS e COFINS incluídos no REFIS IV, conforme contestação apresentada por seus consultores legais de que o êxito neste pleito é mais que provável.

A Companhia encontra-se em cumprimento sobre as exigências de manutenção no REFIS.

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 as dívidas relativas ao REFIS consolidando multas e juros reduzidos, perfazem os seguintes montantes:

	30.09.2021	31.12.2020
Passivo circulante	1.878	1.878
Passivo não circulante	3.581	4.909
	5.459	6.787

A movimentação dos saldos do REFIS é demonstrada a seguir:

	31.12.2020	Atualização monetária	Amortizações	30.09.2021
REFIS	6.787	1.200	(2.528)	5.459

As parcelas de longo prazo, referentes à obrigação do Refis, apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Saldo
2022	993
2023	1.878
2024	710
Total	3.581

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de setembro de 2021, o capital social autorizado é de R\$ 109.379 (R\$ 109.379 em 31 de dezembro de 2020), representado por 8.116.936 ações unitárias, ordinárias nominativas.

b. Dividendos / destinação do lucro

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado após constituição da reserva legal, conforme estatuto social da Companhia, nos termos do artigo 22, paragrafo 1º.

20 Instrumentos financeiros e riscos de mercado

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	30.09.2021			31.12.2020		
	Valor contábil	Valor justo (Nível 1)	Valor justo (Nível 2)	Valor contábil	Valor justo (Nível 1)	Valor justo (Nível 2)
Ativos financeiros						
Classificados ao custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	452.639	452.639	-	205.874	205.874	-
Contas a receber de clientes	79.980	-	79.980	60.789	-	60.789
	532.619	452.639	79.980	266.663	205.874	60.789
Passivos financeiros						
Classificados ao custo amortizado						
Fornecedores	(24.488)	-	(24.488)	(15.374)	-	(15.374)
Empréstimos e financiamentos	(183.501)	-	(183.501)	(341.013)	-	(341.013)
Debêntures	(565.957)	-	(565.957)	(493.997)	-	(493.997)
Obrigação com o poder concedente	(1.992.006)	-	(1.992.006)	(2.300.785)	-	(2.300.785)
	(2.765.952)	-	(2.765.952)	(3.151.169)	-	(3.151.169)

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

As operações da Companhia compreendem a prestação de serviços de operador logístico de cargas em geral e gestão e operação de portos, terminais, centros de distribuição e outros.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado (veja (c));
- Risco de crédito (veja (d));
- Risco regulatório (veja (e)); e
- Risco de liquidez (veja (f)).

c. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

Risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das aplicações financeiras e dos empréstimos e financiamentos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos cenários de apreciação e depreciação de 25% e 50%, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base no relatório FOCUS de 30 de setembro de 2021 (último dia útil do mês) foi extraída a projeção do indexador CDI para os próximos 12 meses e este definido como o cenário provável, sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.

Fator de risco	Risco	Saldo	Efeito na receita e despesa financeira (12 meses)			
		30.09.2021	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (-50%)	Cenário V (+50%)
Ativos						
CDI - Aplicações financeiras	Queda do CDI	(445.024)	(9.179)	9.179	(18.357)	18.357
Passivo						
CDI - Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	180.672	3.726	(3.726)	7.453	(7.453)
Debêntures 3ª série	Alta do IPCA	565.957	12.041	(12.041)	24.081	(24.081)
Posição líquida/ impacto líquido		301.605	6.588	(6.588)	13.177	(13.177)
Taxas de CDI utilizada - %		8,25%	6,19%	10,31%	4,13%	12,38%
Taxas de IPCA utilizada - %		8,51%	6,38%	10,64%	4,26%	12,77%

Risco cambial

A Companhia possui risco cambial apenas pela exposição de conta corrente bancária em moeda estrangeira, o qual não apresenta impacto material.

Risco de preço

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 são como segue. O valor contábil se aproxima do valor justo:

	Valor contábil	
	30.09.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	452.639	205.874
Contas a receber de clientes (nota 5)	79.980	60.789
	532.619	266.663
Passivos financeiros		
Fornecedores	24.488	15.374
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	183.501	341.013
Debêntures (nota 13)	565.957	493.997
Obrigação com o poder concedente (Nota 14)	1.992.006	2.300.785
	2.765.952	3.151.169

d. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber e notas de crédito) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 30 de setembro de 2021 e 2020, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo dos períodos mencionados.

Os valores constantes nas contas de ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizadas na forma contratada até 30 de setembro de 2021 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

e. Risco regulatório

Como consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos empresariais o volume de movimentações, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. As operações da Companhia não possuem sazonalidade.

A Companhia desconsidera quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração do porto. A Administração avalia como remota a possibilidade de um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual que prejudique as operações da Companhia.

f. Risco de liquidez

As concentrações indicam a relativa sensibilidade do desempenho da Companhia a desdobramentos que afetam um segmento de atuação em específico.

Com o objetivo de evitar concentrações excessivas de risco, as políticas e procedimentos da Companhia contemplam orientações específicas para focar a manutenção de uma carteira

diversificada. As concentrações identificadas de riscos de crédito são controladas e administradas de acordo.

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros da Companhia com base em pagamentos não descontados e previstos em contrato:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Totais
Em 30 de setembro de 2021					
Obrigação com o poder concedente (nota 14)	59.051	73.814	177.153	1.681.988	1.992.006
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	63.701	-	119.800	-	183.501
Debêntures (nota 13)	191.214	374.743	-	-	565.957
Fornecedores	21.763	2.725	-	-	24.488
Em 31 de dezembro de 2020					
Obrigação com o poder concedente (nota 14)	53.587	128.352	131.612	1.987.234	2.300.785
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	161.663	59.783	119.567	-	341.013
Debêntures (nota 13)	199.625	294.372	-	-	493.997
Fornecedores	12.649	2.725	-	-	15.374

g. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar o início e a continuidade de suas atividades a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ou ajustar esta estrutura, a Companhia poderá com base nas projeções ajustar os pagamentos de dividendos aos acionistas, devolver capital a eles ou emitir novas ações.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, debêntures, financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

	30.09.2021	31.12.2020
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	183.501	341.013
Debêntures (nota 13)	565.957	493.997
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	<u>(452.639)</u>	<u>(205.874)</u>
Dívida líquida	<u>296.819</u>	<u>629.136</u>
Patrimônio líquido (nota 19)	<u>514.888</u>	<u>122.494</u>
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>811.707</u>	<u>751.630</u>
Quociente de alavancagem	37%	80%

21 Lucro líquido (prejuízo) por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Em 30 de setembro de 2021 e 2020 a Companhia não possuía instrumentos diluidores do lucro.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

Período de nove meses	30.09.2021	30.09.2020
Lucro líquido (prejuízo) do período	392.394	(35.535)
Média ponderada das ações	<u>8.116.936</u>	<u>8.116.936</u>
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído (R\$)	<u>48,34</u>	<u>(4,38)</u>
Período de três meses	30.09.2021	30.09.2020
Lucro líquido do período	480.182	(71.385)
Média ponderada das ações	<u>8.116.936</u>	<u>8.116.936</u>
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído (R\$)	<u>59,16</u>	<u>(8,79)</u>

22 Receita líquida de vendas

Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida para o período findo em 30 de setembro de 2021 e 2020:

Período de nove meses	30.09.2021	30.09.2020
Operações de cais	369.912	320.849
Armazenagem	177.358	134.792
Receitas de pátio	173.269	107.760
Outros	<u>51.322</u>	<u>49.742</u>
Total da receita bruta	<u>771.861</u>	<u>613.143</u>
Deduções da receita:		
Impostos federais	(34.232)	(25.779)
Impostos municipais	(24.324)	(19.610)
Descontos	(3.443)	(8.788)
Cancelamento de serviços prestados	<u>-</u>	<u>(132)</u>
Total das deduções	<u>(61.999)</u>	<u>(54.309)</u>
Receita líquida de vendas	<u>709.862</u>	<u>558.834</u>

Período de três meses	30.09.2021	30.09.2020
Operações de cais	136.659	112.246
Armazenagem	66.188	45.606
Receitas de Pátio	65.759	35.861
Outros	19.120	16.944
Total da receita bruta	<u>287.726</u>	<u>210.657</u>
Deduções da receita:		
Impostos federais	(12.341)	(9.179)
Impostos municipais	(8.881)	(6.745)
Descontos	(2.649)	(1.540)
Total das deduções	<u>(23.871)</u>	<u>(17.464)</u>
Receita líquida de vendas	<u>263.855</u>	<u>193.193</u>

23 Custos e despesas por natureza

Período de nove meses	30.09.2021	30.09.2020
Custos dos serviços prestados	(291.303)	(261.537)
Despesas com vendas	(355)	(619)
Provisão para perdas de créditos esperados	(531)	(527)
Despesas administrativas	(40.684)	(43.651)
Total das despesas	<u>(332.873)</u>	<u>(306.334)</u>
Despesas por natureza:		
Custos operacionais (INFRAMAR, OGMO, Transporte e Agenciamento de carga)	(52.688)	(49.053)
Outras despesas gerais	(21.509)	(22.080)
Amortizações e depreciações	(98.882)	(101.240)
Pessoal	(87.842)	(88.300)
Combustível	(19.166)	(8.892)
Manutenção	(16.478)	(15.957)
Energia elétrica	(35.777)	(20.285)
Provisão perda devedores duvidosos	(531)	(527)
Total do custo e das despesas	<u>(332.873)</u>	<u>(306.334)</u>

Período de três meses	30.09.2021	30.09.2020
Custos dos serviços prestados	(105.157)	(87.335)
Despesas com vendas	(115)	(116)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável – contas a receber	(171)	(77)
Despesas administrativas	<u>(14.215)</u>	<u>(13.875)</u>
Total das despesas	<u>(119.658)</u>	<u>(101.403)</u>
Despesas por natureza:		
Custos operacionais (INFRAMAR, OGMO, Transporte e Agenciamento de carga)	(17.401)	(16.939)
Outras despesas gerais	(8.610)	(6.305)
Amortizações e depreciações	(32.973)	(33.754)
Pessoal	(31.110)	(30.511)
Combustível	(8.970)	(3.088)
Manutenção	(5.729)	(4.559)
Energia elétrica	(14.694)	(6.170)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável – contas a receber	<u>(171)</u>	<u>(77)</u>
Total do custo e das despesas	<u>(119.658)</u>	<u>(101.403)</u>

24 Resultado financeiro

Período de nove meses	30.09.2021	30.09.2020
Despesas financeiras		
Encargos sobre o contrato de exploração	(399.243)	(273.052)
Despesas bancárias e descontos concedidos	(110)	(653)
Juros s/empréstimos	(7.777)	(14.184)
Juros s/mútuo	-	(97)
Juros s/ debêntures	(67.225)	(36.086)
Variação cambial / monetária	(91)	(62)
Pis/Cofins sobre receita financeira	(346)	(155)
Custo das debêntures e empréstimos	(4.735)	(5.427)
Juros leasing	(131)	(255)
Outras	<u>(1.677)</u>	<u>(1.786)</u>
Total	<u>(481.335)</u>	<u>(331.757)</u>
Receitas financeiras		
Aplicação financeira	7.241	3.016
Atualização monetária de créditos tributários (imposto de renda e contribuição social)	-	1.916
Juros recebidos	52	43
Resultado líquido da mudança nos termos do contrato com o poder concedente (nota 14)		
(Nota 14) contrato de exploração	655.333	769
Variação cambial / monetária	-	309
Outras	<u>187</u>	<u>259</u>
Total	<u>662.813</u>	<u>6.312</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(181.478)</u>	<u>(325.445)</u>

Período de três meses	30.09.2021	30.09.2020
Despesas financeiras		
Encargos sobre o contrato de exploração	(54.760)	(188.730)
Despesas bancárias e descontos concedidos	(43)	(187)
Juros s/empréstimos	(2.945)	(3.463)
Juros s/mútuo	-	(24)
Juros s/ debêntures	(25.985)	(14.764)
Variação cambial / monetária	(83)	(55)
Pis/Cofins sobre receita financeira	(206)	(49)
Custo das debêntures e empréstimos	(1.578)	(1.770)
Juros leasing	(65)	(84)
Outras	(537)	(628)
Total	(86.202)	(209.754)
Receitas financeiras		
Aplicação financeira	4.371	995
Juros recebidos	31	13
Resultado líquido da mudança nos termos do contrato (Nota 14)	655.333	
Variação cambial / monetária	(20)	(117)
Outras	67	27
Total	659.782	1.227
Resultado financeiro líquido	(573.580)	(208.527)

25 Outras receitas operacionais, líquidas

Período de nove meses	30.09.2021	30.09.2020
Recuperação de despesas (PIS/COFINS)	30.736	27.901
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(3.213)	(4.856)
Crédito PIS COFINS	10.659	521
Baixa líquida de depósitos judiciais / provisão para riscos	(742)	(141)
Baixa de ativo imobilizado/intangível	(2.382)	(1.096)
Outras	346	235
Acordo trabalhadores avulsos	-	(4.000)
	35.404	18.564
Período de três meses	30.09.2021	30.09.2020
Recuperação de despesas (PIS/COFINS)	9.796	9.245
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	(1.030)
Crédito PIS COFINS	-	-
Baixa líquida de depósitos judiciais / provisão para riscos	(360)	(40)
Baixa de ativo imobilizado	(1.049)	309
Outras	106	95
	8.493	8.579

26 Seguros

Em conformidade com o Contrato de Direito de Exploração do Terminal Portuário, o TCP contratou Seguro de Operador Portuário para garantir danos, indenizações e custas processuais em relação ao desenvolvimento das atividades pertinentes ao contrato. O seguro possui valor de até US\$25 milhões, sendo que as importâncias seguradas e seus limites de indenização máximos foram avaliados por perito terceirizado.

Objeto da apólice

Garantia de indenização, até o valor fixado na Apólice, dos prejuízos decorrentes do inadimplemento do Tomador referente às obrigações assumidas no Contrato de Direito de Exploração nº 020-98 e Primeiro ao Décimo Primeiro Termos Aditivos ao referido Contrato, para a implantação, a administração e exploração do Terminal de Veículos e Contêineres no Porto de Paranaguá, destinado à movimentação e armazenagem de veículos automotivos e contêineres, conforme Cláusula Primeira - Objeto do referido Contrato.

Além disso, a Companhia possui um Seguro Garantia para garantir os pagamentos das parcelas fixas e variáveis no valor de até R\$22,6 milhões para garantir eventuais contingências judiciais na esfera tributária a empresa possui seguro com valor de cobertura no montante de R\$ 210 milhões, com vigência até 3 de junho de 2024.

A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros.

27 Transações que não envolveram caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC03 (R2) item 44 - Demonstrações dos fluxos de caixa (IAS 7).

As transações que não envolveram caixa, e, portanto, não estão refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa são as seguintes:

- Aquisição de ativos intangíveis a prazo no montante de R\$ 1.423 (R\$ 439 em 31 de dezembro de 2020);
- Aquisição de ativos imobilizados a prazo no montante de R\$ 2.782 (R\$ 1.236 em 31 de dezembro de 2020); e
- Novos contratos de arrendamento no montante de R\$ 2.501 (R\$ 0 em setembro 2020).

28 Impactos COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Considerando a disseminação do surto, e a atual capacidade de geração de caixa, a projeção de receita e do fluxo de caixa operacional para o ano de 2021 não foi impactada significativamente.

Além disso a Companhia enfrentou desafios operacionais decorrentes de limitações de mão de obra em função de afastamento de colaboradores, acarretando custos extras. A Companhia atua de forma resiliente durante o momento de crise, porém não medindo esforços no que se diz a respeito da garantia de saúde e bem estar dos colaboradores, atendendo a todas as medidas sanitárias previstas e não previstas pela legislação pertinente.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.